

# Índice

	Pags.
Introdução .....	17
<b>Parte I – Introdução à administração e ao território</b>	
<b>1. Conceitos, Noções e Enquadramento</b>	
1.1 Conceitos .....	21
1.1.1 Conceito de autarquia local .....	21
1.1.2 Conceito de Poder Local .....	23
1.1.3 Conceito de dinheiros públicos .....	24
1.2 Noções .....	
1.2.1 Noção de freguesia e sua evolução .....	25
1.2.2 Noção de município e sua evolução .....	28
1.2.3 Região administrativa versus distrito .....	35
1.2.4 As regiões plano e a desconcentração .....	38
1.2.5 Autonomia e descentralização .....	41
1.3 Considerações gerais .....	43
1.3.1 As autarquias locais e o Estado .....	43
1.3.2 As autarquias e a administração pública .....	44
1.3.3 As autarquias locais e a Europa .....	45
1.3.4 As autarquias locais e a sua gestão económico-financeira .....	46

## 2. A caracterização das autarquias locais

2.1	Caracterização das freguesias .....	47
2.1.1	Dimensão populacional .....	47
2.1.2	Dimensão geográfica .....	48
2.1.3	Classificação administrativa .....	49
2.1.4	Número de freguesias por município .....	49
2.2	Caracterização dos municípios .....	51
2.2.1	Dimensão populacional .....	51
2.2.2	Dimensão geográfica .....	52
2.2.3	Classificação administrativa .....	53
2.2.4	Os municípios e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional .....	55
2.3	Outras organizações autárquicas .....	57
2.3.1	Os gabinetes de apoio técnico – GAT .....	57
2.3.2	As associações .....	59
2.3.3	As empresas públicas .....	60
2.3.4	As áreas metropolitanas e as comunidades urbanas .....	63

## Parte II - Os recursos públicos e a sua utilização

### 3. Os diversos regimes de finanças das autarquias locais

3.1	Enquadramento .....	65
3.2	Os diversos regimes de finanças locais .....	66

3.2.1	A primeira lei de finanças locais – Lei 1/79, de 2 de Janeiro .....	66
3.2.2	O segundo regime de finanças locais – DL 98/84, de 29 de Março .....	69
3.2.3	A terceira lei de finanças locais – Lei 1/87, de 6 de Janeiro .....	71
3.2.4	O quarto regime de finanças locais – Lei 28/98, de 6 de Junho ..	74
3.2.5	A evolução dos indicadores e a sua fiabilidade .....	77
<b>4.</b>	<b>Os recursos autárquicos</b>	
4.1	Enquadramento .....	81
4.2	As receitas das freguesias .....	81
4.2.1	As receitas próprias das freguesias .....	81
4.2.2	As transferências para as freguesias .....	81
4.2.3	Outras receitas das freguesias .....	83
4.3	As receitas dos Municípios .....	84
4.3.1	As receitas próprias dos municípios .....	84
4.3.2	As transferências para os municípios .....	87
4.3.3	Comparação receitas próprias / transferências .....	88
<b>5.</b>	<b>A despesa pública nacional</b>	
5.1	Enquadramento .....	91
5.2	A despesa pública por níveis de governo .....	92
5.3	A despesa pública por funções .....	94
5.4	A evolução do PIB / inflação / despesa pública .....	96
<b>6.</b>	<b>A despesa pública municipal</b>	
6.1	Enquadramento .....	99
6.2	A despesa por classes de municípios (dimensão) .....	99

6.3	A despesa económica .....	100
6.4	A despesa por classificação funcional .....	104
6.5	A distribuição da despesa por NUT .....	104
6.6	A despesa de investimento .....	109
6.7	A distribuição per capita da despesa .....	110
<b>7. O endividamento dos municípios</b>		
7.1	Enquadramento .....	113
7.2	O endividamento de curto prazo .....	114
7.3	O endividamento de médio e de longo prazo .....	115
7.4	A evolução do endividamento .....	116
<b>8. As relações financeiras entre o Estado e as colectividades regionais e locais na União Europeia</b>		
8.1	As receitas próprias dos governos locais .....	121
8.1.1	As receitas fiscais .....	121
8.1.2	As receitas provenientes da venda de bens e serviços .....	122
8.2	As transferências do estado para as colectividades locais .....	123
8.2.1	As transferências resultantes dos mecanismos de perequação Financeira .....	123
8.2.2	Outras transferências .....	124
8.2.3	Algumas comparações sobre o funcionamento dos sistemas subnacionais na União Europeia – o exemplo da despesa .....	127

## Parte III – A repartição dos recursos públicos e a equidade redistributiva

12.1	Introdução	121
12.2	A metodologia de construção dos indicadores de gestão	127
12.3	Uma proposta de indicadores municipais	180
<b>9.</b>	<b>A intervenção do sector público e sua função</b>	
9.1	Introdução	129
9.2	A função de afectação	130
9.3	A função de distribuição	136
9.4	A função de estabilização	139
9.5	A função de coordenação	140
<b>10.</b>	<b>A racionalidade da descentralização da despesas pública</b>	
10.1	Introdução	141
10.2	Descentralizar ou não descentralizar - eis a questão	142
10.3	Da teoria neo-clássica à multi-level governance	144
10.4	Descentralização e eficiência	147
10.5	Desintervenção, privatização, liberalização e desregulação	151
10.6	O funcionamento dos serviços públicos e a sua gestão por privados	153
10.7	A provisão pública aplicada aos municípios portugueses	156
<b>11.</b>	<b>Aplicação ao caso Português - as necessidades e o financiamento dos municípios</b>	
11.1	Introdução	164
11.2	A capacidade fiscal dos municípios	164
11.3	O esforço fiscal de cada município	166
11.4	Análise do mecanismo de transferências da Lei de Finanças Locais	170

12. Um sistema de indicadores de gestão para os municípios portugueses - O Benchmarking municipal (Case Study)

12.1	Introdução .....	176
12.2	A metodologia de construção dos indicadores de gestão .....	177
12.3	Uma proposta de indicadores municipais .....	180

Parte IV – A qualidade e a transparência da administração

130	local .....	130
139	.....	139
140	.....	140

13. A democratização das autarquias locais

13.1	A renovação da classe política local .....	187
13.1.1	A revisão da lei eleitoral das autarquias locais .....	188
13.1.2	A limitação do exercício de alguns mandatos .....	190
13.1.3	O exercício dos mandatos e dos cargos .....	192
13.1.4	A concessão de direitos políticos a estrangeiros .....	193
13.2	Maior transparência na gestão da administração local .....	195

13.2.1	A fiscalização política das autarquias locais .....	195
13.2.2	O estatuto de oposição .....	197
13.2.3	As consultas populares e o referendo local .....	198
13.2.4	A administração aberta e a consulta dos processos Administrativos .....	199

14. A participação dos cidadãos na vida local

14.1	Uma sociedade da informação ao serviço dos cidadãos .....	202
------	---	-----

14.1.1	A Internet e o intercâmbio da informação .....	202
14.1.2	A sociedade da informação nos municípios Portugueses .....	204
14.1.3	Os boletins autárquicos e a publicidade .....	206
14.2	A participação dos cidadãos na gestão .....	207
14.3	A concertação nos projectos .....	209
14.4	A descentralização dos serviços municipais .....	211
14.5	O relançamento do Conselho Municipal .....	213
14.6	Uma democracia de proximidade .....	214
<b>15.</b>	<b>O controlo de legalidade e de gestão nas autarquias locais</b>	
15.1	O controlo de legalidade .....	217
15.1.1	O controlo <i>ex-ante</i> .....	220
15.1.2	O controlo <i>on-going</i> .....	221
15.1.3	O controlo <i>ex-post</i> .....	222
15.2	O controlo de gestão .....	223
15.2.1	O controlo interno .....	224
15.2.2	O controlo externo .....	225
15.2.3	O Sistema de Controlo Interno .....	226
15.3	A responsabilidade dos eleitos e as acções de controlo .....	227
15.3.1	Acções inspectivas ou acções de formação .....	228
15.3.2	A função inspectiva e a auditoria externa .....	229
15.3.3	<i>Accountability</i> ou responsabilidade pelos resultados .....	229
<b>16.</b>	<b>Uma cultura de avaliação para as autarquias locais</b>	
16.1	A utilidade da avaliação na gestão .....	232

16.2 Os objectivos da avaliação .....	233
16.3 A oportunidade da avaliação .....	234
16.4 Os métodos de avaliação .....	235
16.5 Algumas experiências de avaliação internacionais .....	237
16.6 A avaliação em Portugal .....	240
16.7 Um <i>Case Study</i> “O método aberto de coordenação” e a sua aplicação às autarquias locais .....	243
<b>Conclusões</b> .....	245
<b>Índice de quadros e figuras</b> .....	249
<b>Bibliografia</b> .....	252



## **Resumo**

O presente estudo destina-se ao estudo da provisão pública municipal no contexto global da utilização dos recursos públicos e da sua distribuição pelos diversos níveis da Administração Pública. Pretende-se contribuir para uma avaliação desta mesma provisão pública permitindo a comparabilidade da mesma entre as diversas jurisdições locais recorrendo à construção de indicadores de gestão que consigam superar as assimetrias existentes entre municípios e a heterogeneidade da respectiva provisão pública. Esta avaliação permitirá estabelecer uma estratégia de reforma das competências municipais e determinar o nível e a forma mais eficiente para o seu exercício. Em certa medida pretende avaliar-se a possibilidade de descentralização de competências ou talvez em alguns casos, a necessidade de recentralização de algumas das competências municipais.

**Palavras-chave:** Provisão Pública, Município, Descentralização, Finanças Locais, Redistribuição, Avaliação.